

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

EDITORIAL

Prezadas e prezados colegas da Advocacia-Geral da União,

O mês de outubro foi marcado por importantes iniciativas e conquistas no âmbito da Advocacia-Geral da União. A Comissão de Ética da AGU participou da solenidade de entrega da 11ª Edição do Prêmio de Desempenho Funcional, ocasião que reforça o reconhecimento do trabalho ético e comprometido dos integrantes da instituição.

Durante o mês, a Comissão também integrou as ações do Outubro Rosa, campanha nacional voltada à conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, reafirmando o compromisso da AGU com a promoção da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho.

Outro destaque foi a conclusão do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a escolha do (a) secretário(a) executivo(a) da Comissão, etapa que representa mais um avanço no aprimoramento da gestão e da governança ética institucional.

Com o mesmo propósito, a Comissão manteve suas atividades contínuas de orientação e disseminação de boas práticas de conduta, fortalecendo a cultura ética no serviço público e reafirmando os princípios do Código de Ética da AGU, como a probidade, a transparência, a responsabilidade e o compromisso com o interesse público. Neste contexto, a Comissão também realizou a inscrição da AGU no XI Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética – Edição 2025, promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP), tendo como destaque o novo Código de Ética da AGU, que representa um marco no aprimoramento da integridade e da governança ética na instituição.

Boa leitura!

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

A Comissão de Ética da AGU participou da homenagem na 11ª Edição do Prêmio de Desempenho Funcional.



A presidente da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU), Mariana Cruz Montenegro, participou da homenagem promovida pela AGU, no dia 17 de outubro de 2025, durante a 11ª Edição do Prêmio de Desempenho Funcional.

A presença da Comissão de Ética reforça o compromisso da instituição com os valores éticos, a integridade e a cultura do reconhecimento no serviço público. O órgão atua de forma permanente na orientação e na promoção de condutas éticas, contribuindo para o fortalecimento da confiança e do respeito mútuo entre os integrantes da Advocacia-Geral da União.

Na ocasião, o advogado-geral da União substituto e secretário-geral de consultoria, Flavio Roman, celebrou os agraciados e o trabalho desenvolvido por eles em prol da instituição e do país. “Aos premiados e condecorados, o nosso mais sincero agradecimento. Que cada história celebrada aqui hoje seja como um farol, guiando o presente e iluminando o futuro da nossa instituição. Viva a Advocacia-Geral da União, viva o serviço público”, disse.

Nesta edição, foram reconhecidos 49 funcionários, entre membros, servidores da área técnico-administrativa e empregados públicos, cuja atuação funcional se destaca pela apresentação de ideias ou inventos, ou, ainda, por trabalhos que contribuíram para o aumento da produtividade e para a redução dos custos operacionais. Os premiados foram indicados pelas

próprias unidades em que estão lotados. A cerimônia foi realizada no Auditório da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília (DF), e reuniu autoridades, gestores e colaboradores da AGU em um momento de celebração e reconhecimento ao mérito profissional.

[Acesse aqui o Código de Ética da Advocacia-Geral da União](#)



[Clique aqui](#) e confira as fotos!

(Informações obtidas em: <https://agudf.sharepoint.com/sites/RedeAGU/SitePages/AGU-homenageia-membros-e-Servidores-por-Desempenho-Funcional-de-Excel%C3%A2ncia-e-Promo%C3%A7%C3%A3o-de-Boas-Pr%C3%A1ticas.aspx>. Com adaptações

II Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Programa AGU sem Assédio e sem Discriminação



A Comissão de Ética da AGU participou da II Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Programa “AGU sem Assédio e sem Discriminação”.

O encontro contou com a presença da equipe de psicólogos da DPRO/SGA e teve como pauta o tema “Acolhimento – fluxos e manual de procedimentos”, visando fortalecer as diretrizes e práticas institucionais relacionadas ao atendimento e à prevenção de situações de assédio e discriminação.

A participação da Comissão de Ética reforça o compromisso da Instituição com a construção de um ambiente organizacional seguro, respeitoso e orientado pela integridade. A atuação conjunta com diferentes áreas da AGU amplia a capacidade de aprimorar protocolos, promover o acolhimento adequado e garantir que servidores e colaboradores tenham acesso a canais de apoio cada vez mais eficientes e humanizados.

[Cartilha AGU sem assédio e sem discriminação](#)

DESTAQUES

Palestra: Dilemas éticos no ambiente de trabalho.

Comissão de Ética da AGU contribui para ação da Assefaz sobre dilemas éticos e prevenção de violências no ambiente de trabalho.



Palestra
Dilemas éticos
no ambiente de
trabalho

28/10 9h às 10h

Palestrante
Micheline Silveira Forte
Advogada da União (AGU), graduada em Direito pela UFC,
pós-graduada em Direito Público pela UnB e pela Universidade
do Porto, Mestre e Doutora em Direito pela Universidade do Porto

Objetivo
Promover a conscientização e o combate a todas as formas
de violência no ambiente de trabalho

Público-alvo
Todos os colaboradores da Assefaz

Local
Auditório, 6º andar e transmissão via Teams

Links



No dia 28 de outubro de 2025, a membro da Comissão de Ética da AGU e advogada da união, Micheline Silveira Forte, ministrou a palestra *"Dilemas éticos no ambiente de trabalho"*, destinada a todos os colaboradores da Assefaz. A ação, realizada a convite da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), integrou as iniciativas voltadas ao fortalecimento de ambientes profissionais mais seguros, respeitosos e pautados pela integridade. A atividade reforçou a importância da reflexão ética como instrumento de prevenção de conflitos e promoção do bem-estar no local de trabalho.

A atividade teve como objetivo promover a conscientização e o combate a todas as formas de violência no ambiente de trabalho, ampliando o entendimento sobre comportamentos que afetam a integridade profissional e prejudicam a convivência organizacional.

Durante a palestra, foram discutidos dilemas éticos presentes no cotidiano profissional, tais como conflitos de interesse, tratamento respeitoso entre colegas, uso responsável de informações e fortalecimento das relações baseadas na confiança e na colaboração. A reflexão ética foi apresentada como ferramenta essencial para prevenir violências, reduzir riscos e promover um ambiente laboral mais saudável e equilibrado.

A participação da Comissão de Ética da AGU reforça seu compromisso com ações educativas e integrativas, ampliando o diálogo institucional e contribuindo para a disseminação de boas práticas relacionadas à integridade e ao bem-estar nas organizações.

DESTAQUES

Processo Seletivo Simplificado para a função de Secretário(a) Executivo(a) da Comissão de Ética da AGU (SECEAGU)



A Comissão Processante da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU), responsável pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), por meio da secretaria-executiva da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (SECEAGU), tornou público o resultado final do PSS para a função de secretário(a) executivo(a) da Comissão de Ética da AGU, conforme critérios estabelecidos no Edital nº 00002/2025/SECEAGU/CEAGU/AGU, retificado pelo Edital nº 00003/2025/SECEAGU/CEAGU/AGU, e em conformidade com a legislação vigente.

Embora o Regimento Interno da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU), aprovado pela Portaria nº 222, de 3 de julho de 2014, não estabeleça a obrigatoriedade de processo seletivo para a nomeação do cargo de secretário-executivo, a Comissão deliberou pela adoção dessa medida, reconhecida como uma boa prática administrativa.

A iniciativa teve como objetivo identificar servidores interessados e selecionar perfis mais aderentes às atribuições do cargo, que demanda competências técnicas específicas e elevado senso ético, considerando a natureza sensível das matérias tratadas no âmbito da Comissão de Ética da AGU.

Após análise curricular e entrevista, foram considerados os critérios estabelecidos para a avaliação dos candidatos, incluindo formação acadêmica, experiência profissional, conhecimento técnico e competências comportamentais. Como critérios de desempate, observaram-se conhecimento do sistema de ética pública, formação jurídica, experiência com o sistema Sapiens e disponibilidade para trabalho presencial em Brasília.

O Processo Seletivo Simplificado obteve a seguinte classificação:

Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Situação
1º	Josabet Dourado Guerra	Classificada
2º	Jaciele Neves Ferreira	Classificada
3º	Marlene Inês da Rosa	Classificada

Os demais candidatos, que obtiveram pontuação mínima, mas não foram classificados, conforme acima, integraram o banco de reserva do processo seletivo.

O objetivo do processo seletivo foi identificar servidores interessados e selecionar perfis com maior aderência às atribuições da função, que demanda competências técnicas e comportamentais específicas, em razão da natureza sensível e estratégica dos temas tratados no âmbito da Comissão de Ética.

Toda a tramitação do certame para a seleção de candidatos(as) para assunção da função, nos termos do artigo 20 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e do inciso III do artigo 2º da Instrução Normativa nº 31, de 9 de novembro de 2023, foi registrada no NUP 00753.000092/2025-81, considerando os termos do EDITAL PSS Nº 00001/2025/SECEAGU/CEAGU/AGU, retificado pelo EDITAL PSS Nº 00002/2025/SECEAGU/CEAGU/AGU.

O cronograma e o edital, em sua íntegra, podem ser acessados nos links a seguir:

[Edital processo seletivo simplificado](#)

[Processo seletivo da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética](#)

Membros da Comissão de Ética participam do Curso de Imersão de Liderança Feminina da AGU



Membros da Comissão de Ética da AGU participaram do **Curso de Imersão de Liderança Feminina**, promovido pela Escola Superior da AGU (ESAGU). A abertura do curso ocorreu no dia 20 de outubro, reunindo mulheres dirigentes da instituição para três dias de formação voltados ao fortalecimento

de competências de liderança e à ampliação da diversidade feminina em espaços de gestão.

A presença de representantes da Comissão de Ética reforça a importância de integrar a perspectiva ética ao desenvolvimento de lideranças, especialmente no que diz respeito à promoção de ambientes inclusivos, respeitosos e alinhados aos princípios do Código de Ética da AGU, como diversidade, cultura de paz, primazia do interesse público e bem-estar no trabalho. A iniciativa contribui para consolidar uma cultura institucional que valoriza o protagonismo feminino aliado à integridade e à responsabilidade na gestão pública.

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

INFORMES

Comissão de Ética participa da 53ª Edição da Rede GIRC

53ª Edição

Rede
GIRC
Governança, Integridade,
Riscos e Controles Internos

**SUSTENTABILIDADE E RISCOS
AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS:
VEM QUE TÁ NA HORA DE
ARRUMAR...**

 **PATRICIA ALVARES**
Secretária de Integridade
Pública - CGU


 **LEILA DE MORAIS**
Chefe de Gabinete do
Advogado-Geral da União

 **MAURO PIRES**
Presidente do ICMBio

 **MARCELO ROCHA**
Professor CEFET/RJ e UFRJ



 16 outubro 2025
9h30

 Auditório do Bloco B
Esplanada dos Ministérios

 Transmissão ao vivo
[youtube.com/
@rmeioambiente](https://youtube.com/@rmeioambiente)

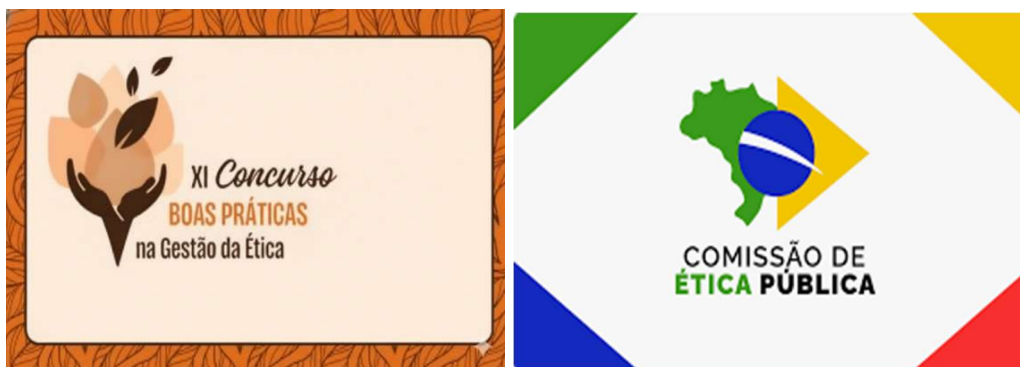
Apoio:  Rede de
Parcerias

A Comissão de Ética da AGU acompanhou, no dia 16 de outubro de 2025, a 53ª edição da Rede GIRC – Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos, que teve como tema **“Sustentabilidade e riscos ambientais e climáticos: vem que tá na hora de arrumar...”**. O encontro contou com a participação de especialistas como Patricia Alvares (CGU), Leila de Moraes (Gabinete do Advogado-Geral da União), Mauro Pires (ICMBio) e Marcelo Rocha (CEFET/RJ e UFRJ).

A temática reforça a importância de integrar sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e gestão ética no setor público. Para a Comissão de Ética, ações de governança ambiental fortalecem a cultura de integridade, ampliam a transparência e orientam a tomada de decisões responsáveis, alinhadas aos princípios constitucionais e às melhores práticas éticas.

Ao abordar riscos ambientais e climáticos sob a ótica da integridade pública, a GIRC evidenciou que a ética institucional não se limita ao comportamento individual, mas abrange também o impacto das políticas públicas e das escolhas administrativas sobre a sociedade e as futuras gerações.

Código de Ética da AGU é inscrito no XI Concurso de Boas Práticas da Comissão de Ética Pública



A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (CEAGU) e a sua Secretaria-Executiva inscreveram a prática “Elaboração e Implementação do Primeiro Código de Ética da AGU” no XI Concurso de Boas Práticas da Comissão de Ética Pública (CEP), na categoria Administração Direta. A iniciativa representa um marco institucional e reafirma o compromisso da AGU com a integridade, a transparência e a gestão ética no serviço público.

Instituído pela Portaria Normativa AGU nº 187, de 28 de julho de 2025, o Código de Ética da AGU consolidou-se como um instrumento inovador de governança e educação ética, resultado de um processo de construção democrático, técnico e participativo. Pela primeira vez na história da instituição, uma norma ética foi elaborada com ampla consulta pública, recebendo mais de 500 contribuições analisadas integralmente, com participação ativa de entidades representativas e diálogo permanente entre a Comissão de Ética, o Conselho Superior da AGU (CSAGU) e a Secretaria de Atos Normativos (SENOR).

O projeto também se destacou pelo apoio integral da alta administração da AGU, simbolizado pela assinatura do advogado-geral da União, Jorge Messias, que ressaltou o caráter histórico da iniciativa: “Após 30 anos, a AGU tem um Código de Ética construído de forma absolutamente coletiva, participativa e democrática.”

Desde sua publicação, o Código tornou-se referência para mais de 12 mil agentes públicos da AGU — entre membros das carreiras jurídicas, servidores e estagiários — e passou a integrar os módulos formativos da Escola Superior da AGU (ESAGU). Além de seu caráter normativo, o documento possui função educativa e preventiva, orientando condutas, fortalecendo a cultura organizacional e promovendo o alinhamento institucional aos princípios éticos do serviço público.

A inscrição no XI Concurso de Boas Práticas reconhece o papel transformador do Código de Ética da AGU e reforça a importância da ética como eixo estruturante da gestão pública,

alinhada aos valores de probidade, transparência, responsabilidade e primazia do interesse público.

INFORMES

Roda de conversa sobre câncer de mama ressalta singularidade no enfrentamento da doença e importância da rede



A procuradora-geral da União, Clarice Calixto, e a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, compartilharam suas experiências pessoais sobre a descoberta e o tratamento do câncer de mama durante a roda de conversa “Protagonismo Feminino e o Autocuidado”, transmitida por videoconferência para toda a Advocacia-Geral da União (AGU), na tarde de terça-feira (21/10).

O evento, promovido pela Secretaria de Gestão Administrativa (SGA), integrou a programação da campanha Outubro Rosa e contou também com o depoimento em vídeo de Nathalia Carneiro Gomes, empregada pública da Superintendência Regional de Administração da 5ª Região (SAD5R), no Recife.

Em razão da relevância do tema e do impacto do evento, a Comissão de Ética da AGU convidou a Dra. Clarice Calixto para uma entrevista especial, na qual foram abordados assuntos relacionados ao Outubro Rosa e ao PGU Delas.

A entrevista é apresentada a seguir.

(Disponível em: <https://agudf.sharepoint.com/sites/RedeAGU/SitePages/Roda-de-conversa-sobre-c%C3%A2ncer-de-mama-ressalta-singularidade-no-enfrentamento-da-doen%C3%A7a-e-import%C3%A2ncia-da-rede.aspx>. Conteúdo com adaptação)

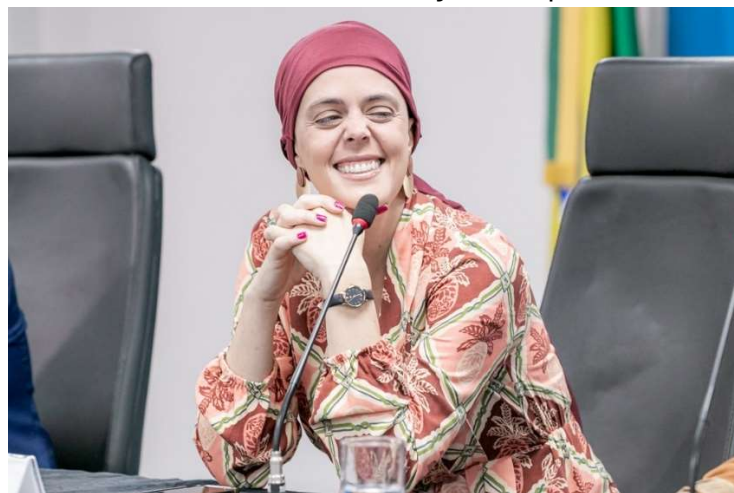
ENTREVISTA

Entrevistada: Clarice Costa Calixto – Procuradora-Geral da União

Em alusão à campanha Outubro Rosa, a Comissão de Ética da AGU conversou com a procuradora-geral da União, Dra. Clarice Costa Calixto. Ao longo de sua trajetória profissional, atuou na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e no Ministério da Justiça. Também coordenou a Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura e integrou a equipe de gestão estratégica da Procuradoria-Geral da União.

Sob sua condução, foi criado o Programa PGU Delas, instituído pela Portaria Normativa PGU nº 26, de 26 de março de 2025 — iniciativa voltada à promoção da equidade de gênero e à valorização da

representatividade feminina na Procuradoria-Geral da União. É ainda uma das autoras da obra Gestão Inclusiva, Tributação e Raça, que aborda os desafios da diversidade nas instituições públicas.



Na entrevista, a procuradora-geral reflete sobre os desafios éticos na administração pública, a importância da prevenção e dos cuidados com a saúde, especialmente no contexto do Outubro Rosa, e detalha os propósitos do PGU Delas, programa que busca consolidar uma cultura institucional mais justa, inclusiva e sensível às questões de gênero.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista, que abordam a importância do cuidado com a saúde, a equidade de gênero, sua relação com a ética e o papel das instituições na valorização da vida.



Outubro Rosa e o papel institucional da AGU

Procuradora, como foi para a senhora compartilhar publicamente sua experiência com o câncer de mama dentro da campanha Outubro Rosa da AGU?

“Compartilhar publicamente a doença foi um misto de sensibilidade e coragem. Inicialmente, há o peso da exposição, especialmente ocupando um cargo de liderança. No entanto, percebi que minha experiência, conciliando a chefia da PGU, a maternidade de filhos pequenos e o tratamento oncológico, não era apenas pessoal, mas espelhava os desafios de inúmeras mulheres. Transformar o sofrimento em serviço e a experiência em conscientização foi o que me moveu. Minha ideia foi transmitir a compreensão de que é possível ser forte e, ao mesmo tempo, humana e vulnerável.”

Qual é a importância de uma instituição como a AGU aderir a campanhas como o Outubro Rosa?

“A adesão da AGU é um reflexo do nosso compromisso com o bem-estar e a proteção da saúde das mulheres. Temos o dever de educar, informar e promover a saúde

de nossos membros e da sociedade. Ao abraçar o Outubro Rosa, a AGU quebra o tabu da doença no ambiente corporativo; reforça a necessidade de cuidado e demonstra empatia ao reconhecer as batalhas pessoais de seus integrantes. A doença ataca de jeitos diferentes cada corpo e os efeitos dos remédios também mudam em pessoas diferentes. É fundamental olharmos a história de cada pessoa como única, na luta contra o câncer.”

De que maneira as ações de conscientização promovidas nos órgãos públicos podem fortalecer uma cultura de cuidado e respeito entre todos os integrantes da instituição?

“Ações como palestras e rodas de conversa transformam o ambiente de trabalho. Elas humanizam as relações, lembrando a todos que, naquele cargo, também há um ser humano com vulnerabilidades. Além disso, as ações de conscientização criam um espaço onde a doença e o sofrimento deixam de ser fraqueza e se transformam num lugar que exige apoio mútuo. O cuidado com o colega, seja oferecendo apoio, seja respeitando limites durante o tratamento, torna-se parte da ética funcional.”

Na sua visão, por que falar sobre saúde é também uma forma de fortalecer os laços éticos e humanos no ambiente de trabalho?

“A ética no serviço público exige a máxima consideração pelo bem-estar do servidor e, ao falarmos sobre saúde, demonstramos ter consciência de que todos têm limites físicos e emocionais. Além disso, criamos um ambiente onde o servidor se sente seguro para buscar ajudar sem medo de penalização ou estigma. A saúde é um pilar da sustentabilidade humana e institucional.”

Ética, empatia e serviço público

A senhora acredita que a ética no serviço público também se manifesta na forma como cuidamos de nós mesmos e do outro e qual relação que existe entre o autocuidado e o compromisso ético de servir à sociedade?

“Absolutamente! O autocuidado é um ato ético porque, quando cuidamos de nós, modelamos o comportamento de cuidado para com os colegas, criando uma rede de suporte no serviço público. O autocuidado não é um luxo, mas um pré-requisito para a perenidade do nosso compromisso ético.”

Como a sua vivência pessoal pode reforçar valores éticos como empatia, transparência e responsabilidade social dentro da administração pública?

“Eu acho que, ao tornar pública minha jornada, eu desmistifiquei o alto cargo. Mostrei que a vulnerabilidade é universal, promovendo uma cultura de honestidade sobre os desafios que podem acometer a qualquer um de nós.”

E que valor ético a senhora considera essencial ser cultivado em cada campanha dentro do serviço público?

“O valor ético essencial é a integridade humana. Não basta ser íntegro nas contas ou nos processos. É preciso ser íntegro ao enxergar o servidor e o cidadão como pessoas completas, com suas histórias, lutas e potencialidades. Toda campanha deve ser um veículo para reforçar que somos uma comunidade de propósito,

onde o respeito à integralidade de cada indivíduo é o alicerce de um serviço público justo e eficaz.”

Programa PGU DELAS e a ética no serviço público

O que motivou a criação do Programa PGU Delas e de que forma ele se insere na política institucional da Procuradoria-Geral da União?

“O programa PGU DELAS, instituído pela Portaria Normativa PGU/AGU de 26 de março de 2025, foi criado para fortalecer a representatividade feminina, promover a equidade de gênero e qualificar a atuação da PGU em processos envolvendo violência e discriminação contra mulheres. O programa articula ações internas, tais como divulgação, mentoria, capacitações e etiquetamento de processos para monitoramento nacional, além de iniciativas de gestão judicial estratégica, incluindo a especialização da atuação, a cooperação interinstitucional, o uso de linguagem inclusiva, o monitoramento dos impactos das decisões judiciais sobre os direitos das mulheres e a criação de dispositivos processuais protetivos em casos de violência doméstica associados à subtração internacional de menores. Alinhado ao valor institucional de diversidade e inclusão e ao objetivo estratégico de “construir um ambiente feliz para trabalhar”, também contribui para o cumprimento dos percentuais mínimos de mulheres em cargos e funções de confiança previstos na Portaria AGU nº 171/2025, reafirmando o compromisso da PGU com políticas públicas inclusivas e com a proteção dos direitos das mulheres.”

A portaria reforça o combate a estereótipos e a valorização da representatividade feminina. Como a ética institucional se conecta a esses princípios?

“A ética no serviço público exige que a administração pública seja um espelho da sociedade que serve. Se a AGU for predominantemente masculina nos cargos de liderança, ela falha em sua responsabilidade social de ser um ambiente justo e democrático. Nesse panorama, o PGU Delas garante que a voz e a perspectiva feminina estejam ativamente presentes na formulação das políticas, contemplando o valor institucional de diversidade e inclusão.”

Na sua visão, qual é o papel da liderança feminina na construção de ambientes de trabalho mais éticos e equitativos?

“A ascensão de mulheres a cargos de chefia é um fator de transformação significativo nos ambientes de trabalho. A liderança feminina, profundamente enraizada em uma trajetória histórica de luta e persistente reivindicação por espaço e reconhecimento, confere uma perspectiva singular e mais sensível na tomada de decisões. Além disso, a presença de mulheres em cargos de chefia serve de inspiração, incentivando outras a ascenderem em suas carreiras, o que é fundamental para a promoção da equidade de gênero e para refletir a composição real da sociedade na estrutura das organizações.”

Encerramento e mensagem final

Que mensagem a senhora gostaria de deixar às mulheres que enfrentam o diagnóstico de câncer de mama?

“Minhas queridas, a mensagem que deixo é de força, propósito e comunidade. Seu diagnóstico é uma batalha, não sua definição. Coloque-se como prioridade sem sentir culpa por isso. Buscar o tratamento e o descanso não é um ato egoísta; é um ato de responsabilidade para consigo mesma e para com aqueles que te amam. Permita-se ser cuidada. Na vulnerabilidade, descobrimos a força da rede de apoio: sua família, seus amigos e sua instituição. Seja no Outubro Rosa, seja no dia a dia, fale sobre a importância da prevenção. Transforme a dor em um propósito maior de saúde e conscientização para todas as mulheres. Vocês são fortes e esta jornada irá apenas revelar a profundidade dessa força. Estamos juntas nisso.”

Em comemoração ao **Dia do Servidor Público**, celebrado em **28 de outubro**, a **Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU)** reconhece e valoriza o compromisso dos servidores e membros que, com dedicação e integridade, contribuem para o fortalecimento da instituição e para a entrega de valor público à sociedade.

A data é uma oportunidade de reflexão sobre o papel ético do serviço público e sobre a importância de que cada ação, decisão e atitude sejam guiadas por valores que consolidam a confiança da sociedade na Administração Pública.



No âmbito da AGU, esses valores estão expressos no **Código de Ética**, que orienta a atuação dos agentes públicos pelos **princípios da probidade administrativa, da transparência, da primazia do interesse público e da cultura organizacional voltada à entrega de valor público à sociedade**. O normativo também destaca a importância da **sustentabilidade, da diversidade e inclusão, da cultura de paz e não violência, além do respeito à liberdade profissional, à saúde e ao bem-estar no trabalho**.

Ao promover e difundir esses princípios, a Comissão de Ética da AGU reafirma seu compromisso com a formação de uma cultura institucional íntegra, responsável e comprometida com o bem comum, reforçando que a ética é o alicerce sobre o qual se constrói um serviço público justo, transparente e humano.

No mês do Servidor Público, a Comissão de Ética parabeniza todos os integrantes da AGU, reconhecendo o valor de cada servidor.

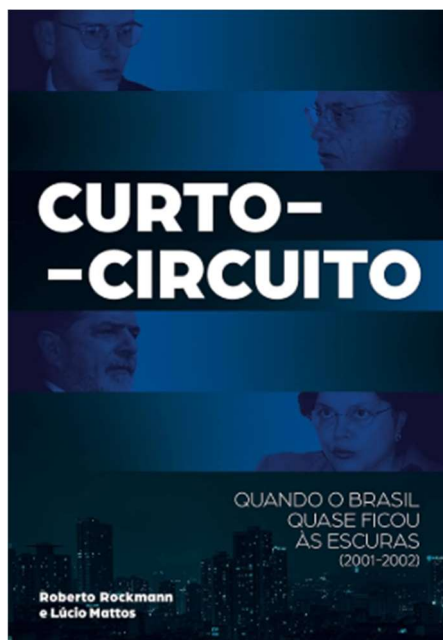


DICA DE LEITURA

“Curto-Circuito” é uma obra escrita pelos autores Roberto Rockmann e Lúcio Matias.

A dica de leitura do mês de outubro foi sugerida pelo membro da Comissão de Ética, Pedro Henrique Peixoto Leal, que também atua na Procuradoria Federal junto à ANEEL.

A indicação mantém-se alinhada à proposta de entrega de valor público à sociedade, reforçando o compromisso da instituição com o aprimoramento contínuo e a reflexão sobre o papel ético do serviço público.



Na obra **“Curto-Circuito”**, os autores Roberto Rockmann e Lúcio Matias revelam os bastidores de uma das maiores crises enfrentadas pelo Estado brasileiro: o racionamento de energia ocorrido no início dos anos 2000. A leitura permite compreender não apenas a relevância da atuação estatal em um setor tão essencial e sensível quanto o fornecimento de energia elétrica, mas também o papel estratégico desempenhado pela advocacia pública no assessoramento jurídico e na representação judicial da União durante momentos de crise. Uma recomendação de leitura valiosa!

[Acesse aqui o Código de Ética da Advocacia-Geral da União](#)

Dica de Série: Intimidade – reflexões sobre exposição digital e desigualdade de gênero



A presidente da Comissão de Ética, Mariana Cruz Montenegro, indica neste mês a série espanhola *Intimidade* (Netflix, 2022), que aborda, de forma sensível e impactante, os efeitos da divulgação não consentida de vídeos íntimos e as consequências que essa exposição acarreta na vida pessoal e profissional das mulheres. A obra evidencia desigualdades de gênero, julgamentos morais assimétricos e a importância de ambientes de trabalho preparados para lidar com situações de vulnerabilidade.

Mariana destaca que nas questões de violência de gênero, as instituições possuem responsabilidade social e, especialmente, compromisso com suas trabalhadoras. É fundamental garantir acesso à informação, canais seguros de denúncia, ambientes acolhedores e práticas preventivas que preservem a intimidade e a dignidade de cada mulher.

Um dos casos retratados é o de Ane, que enfrenta assédio e constrangimento após a divulgação não autorizada de vídeos antigos, agravados pela falta de preparo institucional para acolher a situação. O enredo evidencia a necessidade de políticas internas claras, mecanismos de apoio e uma cultura organizacional que não revitimize quem procura ajuda.

Além de sua relevância social, *Intimidade* dialoga diretamente com a proteção constitucional da privacidade. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X, assegura a

inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, garantindo o direito à indenização sempre que houver violação desses direitos. No âmbito infraconstitucional, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018) reforçam a proteção e estabelecem mecanismos de responsabilização.

A obra também chama atenção para um aspecto cada vez mais sensível no contexto digital: a divulgação de informações, notícias ou conteúdos que, mesmo sem serem íntimos, podem causar danos significativos à reputação, à saúde emocional e à vida profissional de indivíduos. Notícias precipitadas, rumores ou conteúdos publicados sem verificação adequada podem gerar prejuízos irreparáveis, reforçando a importância da responsabilidade no compartilhamento de informações e da observância dos princípios éticos que regem a comunicação, especialmente em ambientes institucionais.

A série, com toda a certeza, indica uma série de reflexões e práticas a serem implementadas nas instituições em todos os graus hierárquicos; revisão das políticas e procedimentos; campanhas internas de esclarecimento de diversas formas de violência contra às mulheres, necessidade de implantação de canais de denúncia; do esclarecimento das esferas de consentimento das vítimas; das formas de acolhimento – social, público e privado.

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 12 – Outubro de 2025

Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União

Mariana Cruz Montenegro (Presidente)
Priscila Cunha do Nascimento (titular)
Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)
Micheline Silveira Forte (suplente)
Raquel Barbosa de Albuquerque (suplente)
Pedro Henrique Peixoto Leal (suplente)

Secretaria-Executiva

Paulo Sérgio Ribeiro (Secretário-Executivo Substituto)
Daiane de Souza Lindemberg (Administradora)
Flávio Sales Ferreira (Apoio Técnico Especializado)
Mariane Oliveira de Azeredo (Apoio Técnico Especializado)
Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)
Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor)
Ariane Goncalves Morato (estagiária)